

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

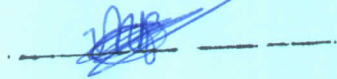
Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

LEI MUNICIPAL Nº560/2019,

DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019.

PUBLICADO

Data: 23/12/19




Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020.

WANILSON COELHO VALADARES, Prefeito do Município de Dois Irmãos do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 165, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do município de Dois Irmãos do Tocantins para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

- I - metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - organização e estrutura dos orçamentos;
- III - diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- V - disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - anexos de metas fiscais e riscos fiscais, elaborados conforme a Portaria STN nº 249, de 30 de abril de 2010;
- VIII - disposições gerais.





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades elaborado de acordo com o §1º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 3º - Os Riscos Fiscais são elencados em Anexo próprio, elaborado conforme o §3º, do art. 4º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, abrangendo todos os órgãos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 estão definidas nesta Lei, cujas dotações necessárias ao seu cumprimento deverão ser incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

§1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§2º - Na elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

§3º - A Lei Orçamentária Anual de 2020 conterà dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras em andamento, em atendimento ao princípio da continuidade das ações públicas, observando e cumprindo o disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§4º - O Poder Executivo Municipal justificará na mensagem que será encaminhada o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 o atendimento de outras despesas discricionárias em detrimento das estabelecidas nos Anexos de Metas e Prioridades constantes desta Lei.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual para 2020 compreenderá o Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º - Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Ação: operacionalização do programa e o meio pelo qual atinge ou não seu objetivo na busca de um resultado;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo;

V - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto no ciclo orçamentário de qualquer esfera governamental;

VI - Unidade Orçamentária: menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável , Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

VIII - Conveniente: entidades da Administração Pública Municipal e as entidades privadas, as quais recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX - Órgão: centro de competência instituído para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.

§1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas na Lei Orçamentária Anual de 2020 por programas, atividades, projetos ou operações especiais, grupos de despesas e fontes de recursos.

Art. 7º - A Lei Orçamentária Anual para 2020 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades orçamentárias, especificando vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto à sua natureza, por categoria econômica e grupo de despesa, consoante a Portaria MOG nº 42, de 1999, Portaria SOF/STN nº 163, de 2001, e alterações posteriores.

§1º - A classificação funcional e programática seguirá o disposto na Portaria nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§2º - Os programas de trabalho, classificadores da ação governamental, serão aqueles constantes da Lei do Plano Plurianual - PPA.

§3º - Os Grupos de Natureza de Despesa (GND) constituem agregação de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

- I - pessoal e encargos sociais (GND 1);
- II - juros e encargos da dívida (GND 2);
- III - outras despesas correntes (GND 3);
- IV - investimentos (GND 4);
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas (GND 5);
- VI - amortização da dívida (GND 6);

§4º - A Reserva de Contingência, prevista no art. 28 desta Lei, será classificada no (GND 9).

Art. 8º - A Lei Orçamentária Anual de 2020 conterà a destinação de recursos classificados pelas Fontes de Recursos com a especificação da fonte, em conformidade com a Portaria do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nº 445, de 06 de agosto de 2018.

§1º - O Poder Executivo poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2020 outras fontes de recursos, para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo caput deste artigo.

§2º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas à seguridade social.

Art. 9º - As ações serão indicadas no desdobramento da programação, vinculadas às respectivas atividades, projetos e operações especiais.

Art. 10 - A Lei Orçamentária Anual de 2020 identificará as ações pertencentes ao Orçamento Participativo, cujos códigos iniciarão com o dígito(1) para projetos e (2) quando se tratar de atividades.

Art. 11 - A Lei Orçamentária Anual para 2020 discriminará em unidade orçamentária específica as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de precatórios judiciais;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

II - ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor;

III - ao pagamento dos juros, dos encargos e da amortização da dívida fundada;

IV - ao pagamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

V - à Reserva de Contingência de que trata o art. 5º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VI - ao pagamento das parcelas da dívida junto ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS;

VII - débitos previdenciários do FUNPREM.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da Lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no inciso III, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - quadro demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa em conformidade com o Princípio da Transparência, art. 48, da LRF;

IV - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino em conformidade com o art. 212, da Constituição Federal e art. 60, dos ADCT;

V - demonstrativo dos recursos vinculados e ações públicas de saúde em conformidade com o art. 77, dos ADCT;

VI - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;

VII - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Parágrafo único - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária Anual de 2020, de que trata o inciso I, do art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, conterà ainda:

I - indicação do órgão que apurará os resultados primários e nominais, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais;

II - esclarecimento da estimativa para os principais itens da receita diferentes das constantes nesta Lei.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13 - A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras, observando o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas em conformidade com o §1º, do art. 1º, alínea "a", inciso I, do art. 4º e art. 48, da LRF.

Art. 14 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual de 2020 e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas.

§1º - Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com ações que não sejam de competência do Município ou outras que a legislação não estabeleça a obrigação em cooperar técnica ou financeiramente entre si.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica e destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

§3º - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - atendimento direto e gratuito, voltado para educação especial, ou representativa das comunidades escolares da rede pública municipal da educação básica;

II - ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III - entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público, de acordo com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, desde que de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, ambiental, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, observado o disposto na alínea "f", inciso I, do art. 4º e art. 26, da LRF.

§1º - Às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Termo de Parceria, convênios e/ou Contrato de Gestão e da operacionalização dos programas, inclusive com a administração e custos dos projetos.

§2º - A especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será executada mediante aprovação do Poder Executivo Municipal, observando:

I - a identificação do objeto a ser executado;

II - as metas a serem atingidas;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

III - as etapas ou fases de execução;

IV – o plano de aplicação dos recursos financeiros;

V – a previsão de início e fim da execução do objeto.

§3º - Os programas serão executados através de execução das ações sob a responsabilidade da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público mediante a prestação de serviços.

§4º - A transferência de recursos públicos para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público assim qualificadas pelo Ministério da Justiça de acordo com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para a execução de atividades/projetos de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde, educação e meio ambiente, se dará como subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 15 - Sem prejuízo das disposições contidas nesta Lei, a destinação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos dependerá de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos, prazo do benefício, prevendo-se ainda cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - aplicação de recursos de capital exclusivamente para ampliação ou aquisição, instalação de equipamentos e aquisição de material permanente;

III - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

IV - declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária nos últimos 3 (três) anos, emitida no exercício de 2020 por autoridade local e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;

V - execução na modalidade de aplicação 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável , Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Parágrafo único - Excepcionalmente, a declaração de funcionamento constante no inciso IV deste artigo, quando se tratar de ações voltadas à educação e assistência social, poderá ser em relação ao exercício anterior.

Art. 16 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - previdência complementar ou congênere;

II – as ações que não sejam de competência exclusiva do Município, salvo em programas que atendam às transferências voluntárias em virtude de convênio;

III - celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

IV - ajuda financeira a militar ou servidor público da ativa, ou a empregado de empresa pública para curso de graduação, com exceção dos professores da rede pública municipal;

V - pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidade de direito público ou privado, nacional ou internacional, ressalvadas as situações autorizadas por legislação específica.

Art. 17 - A Lei Orçamentária Anual de 2020 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas caso necessária.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Art. 18 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 19 - São consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, criando, se necessário, elementos de despesas, fontes de recursos e modalidade de aplicação, em estrita observância das disposições contidas no inciso V, do art. 167, da Constituição Federal.

§1º - Os créditos adicionais aprovados pela Câmara Municipal serão abertos por decreto do Poder Executivo, após a sanção e publicação da respectiva lei.

§2º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§3º - Toda abertura de créditos adicionais deverá observar o disposto nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 21 - As propostas de abertura de créditos adicionais autorizados na Lei Orçamentária serão submetidas pela Secretaria Municipal de Finanças, ao Chefe do Poder Executivo, indicando a importância, de suas espécies e a classificação da despesa até o nível de elemento de despesa, em conformidade com o art. 46, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 22 - Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2020, o Poder Executivo, por ato próprio, através da Secretaria Municipal de Finanças, estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para as unidades gestoras, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Parágrafo único - No ato referido no caput deste artigo e os que modificarem conterà:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - metas bimestrais de realização de receitas não financeiras, em atendimento ao disposto do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e considerando medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas não financeiras, excluídas as despesas que constituem obrigação legal.

Art. 23 - Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, o Poder Executivo Municipal apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos e unidades referidos no §2º do art. 20 da referida Lei Complementar, o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§1º - O montante da limitação a ser procedida por cada órgão e unidades referidos no caput será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§2º - A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas pela Lei Orçamentária Anual de 2020, excluídas:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional legal;

II - as demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o §2º do art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, integrantes desta Lei.

§3º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo Municipal informará ao Legislativo, até o vigésimo terceiro dia do mês subsequente ao final do bimestre, especificando os parâmetros adotados



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

e as estimativas de receitas e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§4º - O Poder Legislativo de acordo com o que dispõe §3º deste artigo publicará ato no prazo de 7(sete) dias do recebimento das informações, estabelecendo os montantes disponíveis para empenho e movimentação financeira.

§5º - O Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo relatório contendo:

I - memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas e demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

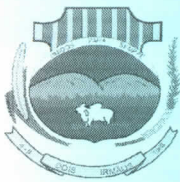
II - revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III - justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária;

IV - os cálculos da frustração das receitas não financeiras, que terão por base demonstrativo atualizado e no caso das demais receitas, justificativa dos desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista.

§6º - Aplica-se o disposto no §5º deste artigo a qualquer limitação de empenho no âmbito do Poder Executivo Municipal, inclusive por ocasião da elaboração da programação mensal de que trata o art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, com exceção do prazo que será de até 20(vinte) dias da publicação do ato que efetivar a referida limitação.

Art. 24 - Os estudos para previsão da receita para o exercício de 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, inflação do período, crescimento econômico, ampliação da base de cálculo dos tributos, a evolução nos últimos 3(três) exercícios e a projeção para os 2(dois) seguintes, conforme o art. 12, da LRF.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Art. 25 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do anexo próprio desta Lei, observado o disposto no §3º, do art. 4º, da LRF.

Parágrafo único - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019 ou do cancelamento de dotações até o limite necessário.

Art. 26 - Será constituída a Reserva de Contingência exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020.

Parágrafo único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 5º, da Portaria MOG nº 42, de 1999, art. 8º, da Portaria STN/SOF nº 163, de 2001, e alínea "b", inciso III, do art. 5º, da LRF.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12(doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual de 2020 se contemplados no Plano Plurianual (§5º do art. 5º da LRF).

Art. 28 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual de 2020 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito e outra extraordinária, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o ingresso financeiro no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 29 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata os incisos I e II, do art. 15, da LRF, deverão ser inseridos no processo que consta os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único - Para efeito do disposto no §3º, do art.16, desta Lei, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo valor em cada evento não exceda os limites fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, devidamente atualizados.

Art. 30 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, observado o disposto no art. 45, da LRF.

Art. 31 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes de 2019.

Art. 32 - A execução da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, à dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163, de 2001.

§1º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa para outro, ou de um Projeto, Atividade ou Operações Especiais para outro poderão ser feitos por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal.

§2º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro do mesmo grupo da natureza da despesa e/ou do mesmo projeto, atividade ou operações especiais poderão ser realizados por meio de portaria através da Secretaria de Finanças, onde serão consideradas movimentações orçamentárias, não sendo contabilizados para limite de crédito adicional.

Art. 33 - Durante a execução orçamentária de 2020, o Poder Executivo Municipal, após autorização Legislativa, poderá incluir novos Projetos, Atividades ou Operações Especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual - PPA, observado o disposto no inciso I, do art. 167, da Constituição Federal.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Art. 34 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas em Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da criação, extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido no §1º do art. 4º, desta Lei, inclusive títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Parágrafo único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo autorizado a adequar, justificadamente, mediante decreto, os códigos da classificação funcional e atributos de atividades, projetos e operações especiais consignados na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais aos constantes da Lei do Plano Plurianual - PPA, em caso de erro material de ordem técnica ou legal, sendo obrigatório o encaminhamento do Decreto, ao Poder Legislativo, no prazo de até 10(dez) dias após a sua publicação.

Art. 36 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal obedecerá ao estabelecido no §3º, do art. 50, da LRF.

Parágrafo único - Os custos serão apurados por meio de operações orçamentárias, tomando por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, observado o disposto na alínea "e", inciso I, do art. 4º, da LRF.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Art. 37 - A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 38 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária Anual de 2020 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas na alínea "e", inciso I, do art. 4º, da LRF.

Parágrafo único - A Secretaria de Administração e Planejamento avaliará semestralmente os resultados dos programas previstos na Lei Orçamentária Anual de 2020, de acordo com a alínea "e", inciso I, do art. 4º, da LRF.

Art. 39 - A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual de 2020, conforme determina o §1º, do art. 100, da Constituição Federal, discriminadamente por órgão da administração direta, autarquias, fundações e por grupo de despesas, contendo:

- I - número do processo;
- II - número do precatório;
- III - data do trânsito em julgado da sentença;
- IV - data da expedição do precatório;
- V - nome do beneficiário;
- VI - valor individualizado por beneficiário e o total do precatório a ser pago;
- VII - tipo de causa julgada.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável , Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

trânsito em julgado da decisão exequenda ou pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 40 - Poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 dotações relativas às operações de crédito contratadas ou cujas cartas-consulta tenham sido autorizadas, ou aquelas que virão a ser pleiteadas.

Art. 41 - As despesas com refinanciamento da dívida pública serão incluídas na Lei Orçamentária, em seus Anexos, nas leis de créditos adicionais e nos decretos de abertura de créditos adicionais, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida.

Art. 42 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização na Lei Orçamentária Anual, em créditos adicionais ou lei específica, conforme determina o art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, observadas as disposições contidas na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

§1º - Os prazos de amortização, carência, financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da operação de crédito a ser contratada obedecerão às normas vigentes estabelecidas pelos órgãos gestores dos programas e pelas autoridades monetárias federais.

§2º - Em garantia aos empréstimos a serem contratados com organismos nacionais, após aprovação da Câmara Municipal de Dois Irmãos do Tocantins, fica autorizada a vinculação de cotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

§3º - Nos empréstimos a serem contratados com organismos internacionais, em contra garantia à garantia da União, após autorização do Poder Legislativo, fica autorizada a vinculação das cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas em seu art. 156, nos termos do §4º de seu art. 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 43 - É impedida a contratação de operações de crédito sem autorização legislativa ou com inobservância de condição prevista em lei, de acordo com o estabelecido no art. 359-A, da Lei nº 10.028, de 2000, configurando crime contra as finanças públicas.

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira observado o disposto no inciso II, §1º, do art.31, da LRF.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 45 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas, observado o disposto nas normas constitucionais aplicáveis na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e na legislação municipal em vigor.

Art. 46 - O Poder Executivo e Legislativo Municipal terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em agosto de 2019, projetada para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais.

Art. 47 - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania

Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000

ADM 2017/2020

evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

Art. 48 - O disposto no §1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma em regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo as relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 49 - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou de caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da LRF e inciso II, §1º, do art. 169, da Constituição Federal.

§1º - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal poderão realizar reforma administrativa e estrutural, desmembrando ou fundindo unidades da Administração Municipal.

§2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária para 2020.

Art. 50 - Ressalvada a hipótese prevista no inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, a despesa total em 2020 com pessoal dos Poderes Executivo e



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

Legislativo não excederá, em percentual da Receita Corrente Líquida, o limite de 54,00% (cinquenta e quatro por cento) e 6,00% (seis por cento), respectivamente observado o disposto no art. 22, da LRF.

Art. 51 - No exercício de 2020, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

II - for observado o limite previsto no art. 51, desta Lei.

Art. 52 - No exercício de 2020, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, exceto para o caso previsto no inciso II, §6º do art. 57, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos decorrentes de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, sendo obrigatória a comunicação, no prazo de até 10(dez) dias ao Poder Legislativo.

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário Municipal de Administração.

Art. 53 - Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos desta Lei, deverão ser acompanhados de:

I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologia de cálculo utilizado, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, que demonstre a existência de autorização e a observância dos limites de que trata o art. 51, desta Lei;

II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando os ativos, inativos e pensionistas;



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020

III - manifestação da Secretaria Municipal de Finanças sobre o mérito e o impacto orçamentário e financeiro.

Parágrafo único - Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores a sua entrada em vigor.

Art. 54 - Fica autorizada a realização de concurso público para suprir as vagas constantes do Plano de Cargos e Salários, em especial, aquelas ocupadas por contrato de excepcional interesse público.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 55 - Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art.14, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único - Aplica-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput deste artigo, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período de despesas em valor equivalente.

Art. 56 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo o benefício ser considerado no cálculo da estimativa da receita e objeto de estudos do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar a vigência e nos 2(dois) subsequentes, observado o disposto no art. 14, da LRF.

Art. 57 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, observado o disposto no §3º, do art. 14, da LRF.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania

Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000

ADM 2017/2020

Art. 58 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira não constante da estimativa da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, observado o disposto no §2º, do art. 14, da LRF.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4(quatro) meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme arts. 42 e 44, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e §2º, do art. 167, da Constituição Federal.

Art. 60 - Ao Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizada a celebração de parcerias, por meio de termos de convênios ou outra forma de ajuste, com organismos internacionais, Governos Federal, Estadual e de outros municípios, por órgãos da Administração Direta ou Indireta, para realização de obras ou serviços de interesse do Município.

Art. 61 - Na hipótese do Projeto de Lei Orçamentária Anual não haver sido devolvido para sanção até 31 de dezembro de 2019, é autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada para os grupos de despesas de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e amortização da dívida.

Parágrafo único - Para as demais despesas não especificadas neste artigo, fica autorizada a execução à razão de 1/12 de cada dotação orçamentária por mês.

Art. 62 - Em cumprimento ao disposto no inciso I, do art. 5º, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, publicarão os relatórios de Gestão Fiscal no prazo de 30 (trinta) dias, após o final do quadrimestre.

Art. 63 - Será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao segundo bimestre do exercício financeiro de 2020,



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS

Desenvolvimento Sustentável, Transparência e Cidadania
Av. Pará, nº 178, Centro CEP 77.685-000
ADM 2017/2020


demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019.

Art. 64 - Em face da redefinição periódica de metas e prioridades da Administração Municipal, prevista na legislação aplicável à matéria, ficam por esta lei alterados os programas, atividades e projetos do PPA 2018/2021.

Art. 65 - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020 serão observados os programas, atividades, projetos e operações especiais constantes do PPA 2018/2021, de acordo com as metas e prioridades definidas pela Administração Municipal para o próximo exercício.

Art. 66 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

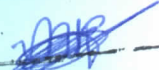
Gabinete do Prefeito Municipal de Dois Irmãos do Tocantins/TO, aos 23 (vinte e três) dias do mês de dezembro de 2019.


WANILSON COELHO VALADARES
Prefeito Municipal

Wanilson Coelho Valadares
Prefeito Municipal
Dois Irmãos - TO

PUBLICADO

Data: 23 / 12 / 19





ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0001

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 01 - CAMARA MUN DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
01.031.0001.1.044 - MANUT. DAS EDIFICAÇÕES CAMARA MUNICIPAL	34.59 PORCENTAGEM	60.000,00
01.031.0001.1.047 - AQUISIÇÃO E MANUT. VEIC.DE REPRESENTAÇÃO	28.58 PORCENTAGEM	65.100,00
01.031.0001.2.001 - MANUTENCAO DAS ACOES ADMINISTRATIVAS	25.19 PORCENTAGEM	753.565,00
01.031.0001.2.002 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	51.06 PORCENTAGEM	12.000,00
TOTAL DA UNIDADE		890.665,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0002

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.122.0002.2.004 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	27.40 PORCENTAGEM	397.110,00
04.122.0002.2.005 - MANUT. DA DIRET. DE GESTAO DE CONVENIOS	27.32 PORCENTAGEM	43.813,00
04.122.0002.2.093 - MANUT DO CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	52.04 PORCENTAGEM	54.033,00
TOTAL DA UNIDADE		494.956,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0003

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.123.0101.2.006 - MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL DE	28.87 PORCENTAGEM	195.130,00
04.123.0101.2.007 - CONTRATAR ASSESSORIA CONTÁBIL	22.40 PORCENTAGEM	80.000,00
04.123.0101.2.008 - PAGAR CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS	31.01 PORCENTAGEM	92.225,00
04.123.0101.2.086 - MANTER A COLETORIA MUNICIPAL	32.87 PORCENTAGEM	136.710,00
TOTAL DA UNIDADE		504.065,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0004

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 04 - SECRETARIA MUN DE ADMINIST., PLANEJ. E ORÇAMENTO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.122.0101.2.010 - MANTER VEÍCULO OFICIAL	25.20 PORCENTAGEM	43.400,00
04.122.0101.2.011 - MANTER A SECRETARIA MUNICIPAL	26.50 PORCENTAGEM	666.200,00
04.122.0104.2.022 - CAPACITAR E TREINAR OS SERV. MUNICIPAIS	28.51 PORCENTAGEM	16.510,00
06.181.0102.2.014 - APOIAR AS ATIVIDADES SEGURANÇA PÚBLICA	28.19 PORCENTAGEM	5.085,00
08.244.0110.2.068 - MANTER CONSELHO TUTELAR	26.46 PORCENTAGEM	136.000,00
28.843.0103.1.004 - PAGAR PARCELAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	58.93 PORCENTAGEM	206.000,00
99.999.0099.9.999 - FUNDO PREV	26.38 PORCENTAGEM	70.000,00
TOTAL DA UNIDADE		1.143.195,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0005

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 05 - SEC MUN DE INFRA EST. SAN. OBRAS E HABITAÇÃO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
15.451.0103.1.005 - CONSTRUIR E APARELHAR RÁDIO COMUNITÁRIA	25.28 PORCENTAGEM	85.000,00
15.451.0103.1.006 - CONSTRUIR E AMPLIAR PRÉDIOS PÚBLICOS	25.83 PORCENTAGEM	75.000,00
15.451.0103.1.007 - CONSTRUIR CASA DE VELÓRIO	26.11 PORCENTAGEM	115.000,00
15.451.0103.1.008 - PAVIMENTAR VIAS URBANAS E CONSTRUIR MEIO	25.83 PORCENTAGEM	750.000,00
15.451.0103.2.015 - MANTER O SISTEMA DE RÁDIO E TV	25.20 PORCENTAGEM	13.000,00
15.451.0103.2.016 - MANTER E REFORMAR PRÉDIOS PÚBLICOS	25.46 PORCENTAGEM	306.000,00
15.451.0103.2.017 - MANTER A FROTA MUNICIPAL	24.94 PORCENTAGEM	310.000,00
15.452.0103.2.018 - MANTER A SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA	41.46 PORCENTAGEM	1.016.825,00
16.482.0106.1.010 - CONSTRUIR CASAS POPULARES	25.99 PORCENTAGEM	60.000,00
16.482.0106.1.011 - REVISAR O PLHIS	24.51 PORCENTAGEM	12.000,00
25.751.0103.2.019 - MANTER A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	28.40 PORCENTAGEM	205.000,00
26.781.0103.2.020 - MANTER O AEROPORTO	25.03 PORCENTAGEM	8.585,00
26.782.0103.1.009 - CONSTRUIR ESTRADAS, PONTES, MATA-BURROS	26.28 PORCENTAGEM	650.000,00
26.782.0103.2.021 - MANTER ESTRADAS, PONTES E MATA-BURROS	28.95 PORCENTAGEM	258.825,00
TOTAL DA UNIDADE		3.865.235,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0006

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 06 - SEC MUN DE AGRIC AQUI ABAST E MEIO AMBIENTE		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
11.334.0107.1.012 - CONSTRUIR, AMPLIAR, REFORMAR E	27.70 PORCENTAGEM	110.000,00
18.541.0105.2.023 - MANTER PRAÇAS, PARQUES E JARDINS	30.14 PORCENTAGEM	56.000,00
18.542.0105.2.024 - MANTER A DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL	26.94 PORCENTAGEM	22.000,00
18.542.0105.2.025 - MANTER O ATERRO SANITÁRIO	25.45 PORCENTAGEM	19.000,00
18.542.0105.2.026 - MANTER A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	28.50 PORCENTAGEM	255.000,00
18.542.0105.2.027 - MANTER A BRIGADA DE INCÊNDIO	24.52 PORCENTAGEM	31.500,00
20.122.0107.2.028 - MANTER ESTA SECRETARIA MUNICIPAL	31.79 PORCENTAGEM	300.100,00
20.601.0107.1.013 - PERFURAR POÇOS E CAÇIMBAS	25.72 PORCENTAGEM	61.925,00
20.601.0107.1.014 - IMPLANTAR E INCENTIVAR LAVOURAS E HORTAS	24.77 PORCENTAGEM	13.125,00
20.601.0107.2.029 - APOIAR E INCENTIVAR ATIVIDADES DE	25.08 PORCENTAGEM	38.275,00
20.601.0107.2.030 - MANTER A FEIRA COBERTA	26.91 PORCENTAGEM	15.425,00
20.602.0107.1.015 - INCENTIVAR A PISCICULTURA	18.76 PORCENTAGEM	50.850,00
20.602.0107.1.016 - PROMOVER/ESTIMULAR O ASSOCIATIVISMO	23.12 PORCENTAGEM	11.000,00
20.602.0107.1.017 - REFORMAR E ADEQUAR A CASA DO MEL	24.93 PORCENTAGEM	30.425,00
20.602.0107.1.018 - CONSTRUÇÃO DE MATADOURO MUNICIPAL	34.55 PORCENTAGEM	350.000,00
20.604.0107.2.031 - MANTER SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM	24.25 PORCENTAGEM	53.000,00
23.691.0107.2.032 - MANTER O CENTRO DE GERAÇÃO DE RENDA	25.04 PORCENTAGEM	24.425,00
TOTAL DA UNIDADE		1.442.050,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0007

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 08 - SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
04.122.0002.2.090 - MANTER A SEC. DE GABINETE DO PREFEITO	27.23 PORCENTAGEM	52.550,00
TOTAL DA UNIDADE		52.550,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0008

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 03 - PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS		
UNIDADE...: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
03.091.0101.2.009 - CONTRATAR ASSESSORIA JURÍDICA	34.09 PORCENTAGEM	121.700,00
04.122.0101.2.013 - PAGAR PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	46.36 PORCENTAGEM	760.000,00
TOTAL DA UNIDADE		881.700,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0009

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 04 - FUNDO MUN DE SAUDE DOIS IRMAOS DO TO		
UNIDADE...: 08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOIS IRMÃOS DO TO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
10.122.0109.2.042 - MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	25.86 PORCENTAGEM	1.061.425,00
10.122.0109.2.043 - MANTER CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	22.61 PORCENTAGEM	25.850,00
10.301.0109.1.021 - ADQUIRIR MATERIAL PERM. P/ATENÇÃO BÁSICA	22.64 PORCENTAGEM	400.000,00
10.301.0109.2.044 - MANTER ACADEMIA DE SAÚDE	24.46 PORCENTAGEM	56.134,00
10.301.0109.2.045 - MANTER AÇÕES DA SAÚDE BUCAL	32.00 PORCENTAGEM	346.000,00
10.301.0109.2.046 - MANTER PROGRAMA AGENTES COMUN. DE	27.14 PORCENTAGEM	480.000,00
10.301.0109.2.047 - MANTER O PROGRAMA PMAQ	24.43 PORCENTAGEM	291.000,00
10.301.0109.2.048 - MANTER O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA-PSF	30.99 PORCENTAGEM	966.275,00
10.301.0109.2.049 - MANTER NÚCLEO DE APOIO SAÚDE DA FAMÍLIA	31.90 PORCENTAGEM	460.000,00
10.301.0109.2.050 - MANTER UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL	21.21 PORCENTAGEM	57.125,00
10.301.0109.2.051 - MANTER PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	26.32 PORCENTAGEM	257.950,00
10.302.0109.1.023 - ADQUIRIR MATERIAL PERMANENTE PARA	25.99 PORCENTAGEM	120.000,00
10.302.0109.1.030 - CONSTR/AMPLIAR REDE	25.99 PORCENTAGEM	300.000,00
10.302.0109.2.052 - APOIAR TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DE	23.26 PORCENTAGEM	83.825,00
10.302.0109.2.053 - MANTER MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE-MAC	27.01 PORCENTAGEM	518.000,00
10.302.0109.2.054 - MANTER PROGRAMA INSULINOS	23.01 PORCENTAGEM	15.000,00
10.303.0109.2.055 - MANTER O PROGR. ASSISTENCIA	31.70 PORCENTAGEM	70.000,00
10.303.0109.2.056 - MANTER FARMÁCIA BASICA - FES	23.01 PORCENTAGEM	30.000,00
10.303.0109.2.087 - MANTER O QUALIFAR SUS	21.87 PORCENTAGEM	20.000,00
10.304.0109.2.057 - MANTER A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	29.46 PORCENTAGEM	55.000,00
10.305.0109.2.058 - MANTER A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	26.59 PORCENTAGEM	45.500,00
TOTAL DA UNIDADE		5.659.084,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0010

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 05 - FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL		
UNIDADE...: 09 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
08.122.0110.2.059 - MANTER FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	27.38 PORCENTAGEM	338.000,00
08.122.0110.2.089 - MANTER CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA	29.53 PORCENTAGEM	24.000,00
08.241.0110.1.025 - APARELHAR CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO	24.51 PORCENTAGEM	60.000,00
08.241.0110.1.026 - AMPLIAR E REFORMAR CENTRO DE CONV.	20.67 PORCENTAGEM	100.000,00
08.241.0110.2.069 - MANTER CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO	27.75 PORCENTAGEM	117.000,00
08.244.0110.1.024 - CONSTRUIR E APARELHAR CENTRO DE	26.51 PORCENTAGEM	40.000,00
08.244.0110.2.060 - MANTER O CENTRO DE REFERÊNCIA DE	27.32 PORCENTAGEM	198.500,00
08.244.0110.2.061 - MANTER PROGRAMAS FINANCIADOS PELO FEAS	28.55 PORCENTAGEM	22.000,00
08.244.0110.2.062 - INSTITUIR E MANTER PROGRAMAS DE	28.17 PORCENTAGEM	14.500,00
08.244.0110.2.063 - MANTER PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICO	29.49 PORCENTAGEM	179.000,00
08.244.0110.2.064 - MANTER PROGRAMA ASSISTÊNCIA ESPECIAL	24.17 PORCENTAGEM	94.000,00
08.244.0110.2.065 - MANTER O PROGRAMA IGD/PBF	31.47 PORCENTAGEM	140.000,00
08.244.0110.2.066 - MANTER BENEFÍCIOS EVENTUAIS	30.45 PORCENTAGEM	49.000,00
08.244.0110.2.067 - MANTER O PROGRAMA - IGD/SUAS	26.26 PORCENTAGEM	47.000,00
08.244.0110.2.088 - MANTER PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAL	26.18 PORCENTAGEM	32.500,00
TOTAL DA UNIDADE		1.455.500,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0011

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 06 - FUNDO MUN DE EDUCACAO DOIS IRMAOS DO TO		
UNIDADE...: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOIS IRMÃOS DO TO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
12.361.0111.1.027 - CONSTRUIR/AMPLIAR ESCOLAS MUNICIPAIS	26.94 PORCENTAGEM	280.000,00
12.361.0111.1.028 - APARELHAR ESCOLAS MUNICIPAIS	25.99 PORCENTAGEM	120.000,00
12.361.0111.1.029 - CONSTRUIR QUADRAS POLIESPORTIVAS	25.99 PORCENTAGEM	300.000,00
12.361.0111.2.072 - MANTER/REFORMAR ESCOLAS MUNICIPAIS	25.58 PORCENTAGEM	60.000,00
12.361.0111.2.073 - MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	28.48 PORCENTAGEM	256.000,00
12.361.0111.2.074 - MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL	27.15 PORCENTAGEM	81.000,00
12.361.0111.2.075 - MANTER PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO	22.95 PORCENTAGEM	150.000,00
12.361.0111.2.076 - MANTER PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	28.52 PORCENTAGEM	702.000,00
12.361.0111.2.077 - MANTER O PROGRAMA QUOTA SALÁRIO	24.80 PORCENTAGEM	48.000,00
12.361.0111.2.078 - MANTER PROGRAMA DE FORMAÇÃO	24.97 PORCENTAGEM	34.000,00
12.361.0111.2.080 - MANTER ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 60%	28.04 PORCENTAGEM	1.864.000,00
12.361.0111.2.081 - MANTER ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 40%	26.40 PORCENTAGEM	1.003.000,00
12.361.0111.2.082 - MANTER O PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA	25.06 PORCENTAGEM	12.000,00
12.365.0111.2.083 - MANTER ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%	27.43 PORCENTAGEM	155.000,00
12.365.0111.2.084 - MANTER ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	24.71 PORCENTAGEM	254.000,00
12.365.0111.2.085 - MANTER ENSINO INFANTIL CRECHE	30.74 PORCENTAGEM	73.000,00
13.392.0108.2.034 - REALIZAR ATIVIDADES CULTURAIS	52.68 PORCENTAGEM	153.000,00
13.392.0108.2.035 - AUXILIAR ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL	36.52 PORCENTAGEM	10.000,00
13.392.0108.2.036 - REALIZAR EVENTOS CÍVICOS E	54.65 PORCENTAGEM	33.000,00
23.695.0108.2.037 - INCENTIVAR O TURISMO LOCAL	46.41 PORCENTAGEM	41.000,00
23.695.0108.2.038 - MANTER O BALNEÁRIO MUNICIPAL	43.55 PORCENTAGEM	22.000,00
27.812.0108.1.019 - REFORMAR/AMPL QUADRA	46.91 PORCENTAGEM	316.000,00
27.812.0108.2.039 - INCENTIVAR A PRATICA ESPORTIVA	50.85 PORCENTAGEM	41.000,00
27.813.0108.2.040 - MANTER ESTA SECRETARIA MUNICIPAL	53.52 PORCENTAGEM	152.000,00
27.813.0108.2.041 - REALIZAR ATIVIDADES RECREATIVAS	50.68 PORCENTAGEM	23.000,00
TOTAL DA UNIDADE		6.183.000,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0012

LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
DETALHAMENTO DAS AÇÕES E METAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO...: 07 - FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES		
UNIDADE...: 12 - FUNPREM - FUN DE PREV DOS SERV DE DOIS IRMÃOS/TO		
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	METAS FÍSICAS	METAS FINANCEIRAS
09.272.0010.2.091 - MANTER AS ATIV. ADMINISTRATIVAS FUNPREM	54.71 PORCENTAGEM	96.000,00
09.272.0010.2.092 - APOSENT, REF, PENS E OUTROS BENEFICIOS	52.54 PORCENTAGEM	760.000,00
TOTAL DA UNIDADE		856.000,00
TOTAL GERAL		23.428.000,00

.....
WANILSON COELHO VALADARES

328.399.871-04

PREFEITO

.....
MARCOS PAULO MARQUES DE

738.067.221-53

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4° § 1°)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL	VALOR CORRENTE	VALOR CONSTANTE	% PIB	% RCL
Receitas Total	23.428.000,00	23.428.000,00	9,9204	117,7411	24.365.120,00	24.365.120,00	9,9204	117,7411	25.339.724,80	25.339.724,80	9,9204	122,4507
Receitas Primárias (I)	23.052.000,00	23.052.000,00	9,7612	115,8514	23.974.080,00	23.974.080,00	9,7612	115,8514	24.933.043,20	24.933.043,20	9,7612	120,4855
Despesas Total	23.428.000,00	23.428.000,00	9,9204	117,7411	24.365.120,00	24.365.120,00	9,9204	117,7411	25.339.724,80	25.339.724,80	9,9204	122,4507
Despesas Primárias (II)	22.522.000,00	22.522.000,00	9,5368	113,1878	23.422.880,00	23.422.880,00	9,5368	113,1878	24.359.795,20	24.359.795,20	9,5368	117,7153
Resultado Primário (III) = (I - II)	530.000,00	530.000,00	0,2244	2,6636	551.200,00	551.200,00	0,2244	2,6636	573.248,00	573.248,00	0,2244	2,7701
Resultado Nominal												
Dívida Pública Consolidada												
Dívida Consolidada Líquida												
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)												

WANILSON COELHO VALADARES
CPF: 328.399.871-04
PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE OLIVEIRA CARMO
CPF: 738.067.221-53
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF, Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2018	% PIB	% RCL	METAS REALIZADAS EM 2018	% PIB	% RCL	VARIÇÃO	
							VALOR	%
Receitas Total	19.000.000,00	0,0000	117,7071	18.839.968,27	0,0000	116,7156	-160.031,73	-0,0084
Receitas Primárias (I)	19.000.000,00	0,0000	117,7071	18.839.968,27	0,0000	116,7156	-160.031,73	-0,0084
Despesas Total	19.000.000,00	0,0000	117,7071	17.101.395,31	0,0000	105,9450	-1.898.604,69	-0,0999
Despesas Primárias (II)	18.955.900,00	0,0000	117,4338	16.835.356,70	0,0000	104,2969	-2.120.543,30	-0,1119
Resultado Primário (III) = (I - II)	44.100,00	0,0000	0,2732	2.004.611,57	0,0000	12,4188	1.960.511,57	44,4560
Resultado Nominal		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000
Dívida Pública Consolidada		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000
Dívida Consolidada Líquida		0,0000	0,0000		0,0000	0,0000		0,0000

WANILSON COELHO VALADARES
CPF: 328.399.871-04
PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE OLIVEIRA CARMO
CPF: 738.067.221-53
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF, Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.623.000,00	8,54	23.428.000,00	13,60	24.365.120,00	4,00	25.339.724,80	4,00
Receitas Primárias (I)	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.424.678,20	7,50	23.052.000,00	12,86	23.974.080,00	4,00	24.933.043,20	4,00
Despesa Total	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.623.000,00	8,54	23.428.000,00	13,60	24.365.120,00	4,00	25.339.724,80	4,00
Despesas Primárias (II)	16.668.340,23	18.955.900,00	13,72	19.878.004,77	4,86	22.522.000,00	13,30	23.422.880,00	4,00	24.359.795,20	4,00
Resultado Primário (I - II)	44.100,00	44.100,00	0,00	546.673,43	1.139,	530.000,00	-3,05	551.200,00	4,00	573.248,00	4,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.623.000,00	8,54	23.428.000,00	13,60	24.365.120,00	4,00	25.339.724,80	4,00
Receitas Primárias (I)	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.424.678,20	7,50	23.052.000,00	12,86	23.974.080,00	4,00	24.933.043,20	4,00
Despesa Total	16.712.440,23	19.000.000,00	13,69	20.623.000,00	8,54	23.428.000,00	13,60	24.365.120,00	4,00	25.339.724,80	4,00
Despesas Primárias (II)	16.668.340,23	18.955.900,00	13,72	19.878.004,77	4,86	22.522.000,00	13,30	23.422.880,00	4,00	24.359.795,20	4,00
Resultado Primário (I - II)	44.100,00	44.100,00	0,00	546.673,43	1.139,	530.000,00	-3,05	551.200,00	4,00	573.248,00	4,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0	0,00	-100,0

.....
WANILSON COELHO VALADARES

CPF: 328.399.871-04

PREFEITO

.....
AILTON MARTINS BRITO

CPF: 932.910.001-53

CRC TO/001700/O-5



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	13.600.825,21	100,00	12.904.428,24	100,00	12.708.349,19	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	13.600.825,21	100,00	12.904.428,24	100,00	12.708.349,19	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO RPPS	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

WANILSON COELHO VALADARES
CPF: 328.399.871-04
PREFEITO

AILTON MARTINS BRITO
CPF: 932.910.001-53
CRC TO/001700/O-5



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL (I)			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	1.026.492,72	410.444,93	1.719.001,09
Investimentos	760.454,11	284.299,62	1.633.033,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	266.038,61	126.145,31	85.967,96
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência Social			
TOTAL	1.026.492,72	410.444,93	1.719.001,09

SALDO FINANCEIRO	2018	2017	2016
VALOR (III)	-1.026.492,72	-410.444,93	-1.719.001,09

WANILSON COELHO VALADARES

328.399.871-04

PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE

738.067.221-53

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DE SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	1.286.729,07	1.085.949,87	1.116.869,86
RECEITAS CORRENTES	1.286.729,07	1.085.949,87	1.116.869,86
Receitas de Contribuições dos Segurados	402.849,51	246.735,19	330.765,51
Pessoal Civil	402.849,51	246.735,19	330.765,51
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	498.528,04	452.942,11	493.612,61
Receita Patrimonial	385.351,52	386.272,57	292.491,74
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária RGPS p/ RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVID.(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVID.RPPS (III) = (I+II)	1.286.729,07	1.085.949,87	1.116.869,86



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DE SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVID.RPPS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (IV)	358.017,41	476.564,39	634.373,89
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	358.017,41	476.564,39	634.373,89
Pessoal Civil	301.078,44	329.165,23	469.588,59
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	56.938,97	147.399,16	164.785,30
Compensação Previdenciária RPPS p/ RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	56.938,97	147.399,16	164.785,30
DESPESAS PREVID.RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS PREVID.- RPPS (VI) = (IV + V)	358.017,41	476.564,39	634.373,89
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	928.711,66	609.385,48	482.495,97

APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	2016	2017	2018
TOTAL DOS APORTES P/O RGPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura Insufic.Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos p/Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2019	1.169.535,00	452.502,00	717.033,00	
2020	1.123.905,00	457.075,00	666.830,00	
2021	1.287.152,00	647.894,00	639.258,00	
2022	1.335.241,00	760.891,00	574.350,00	
2023	1.390.272,00	841.561,00	548.711,00	
2024	1.496.651,00	977.926,00	518.725,00	
2025	1.584.302,00	1.063.308,00	520.994,00	
2026	1.683.346,00	1.116.724,00	566.622,00	
2027	1.774.341,00	1.209.861,00	564.480,00	
2028	1.835.546,00	1.404.600,00	430.946,00	
2029	1.911.460,00	1.530.536,00	380.924,00	
2030	2.008.300,00	1.584.239,00	424.061,00	
2031	2.059.846,00	1.798.149,00	261.697,00	
2032	2.129.123,00	1.928.134,00	200.989,00	
2033	2.131.740,00	2.084.072,00	47.668,00	
2034	2.111.030,00	2.201.573,00	-90.543,00	
2035	2.068.938,00	2.386.944,00	-318.006,00	
2036	2.005.637,00	2.597.134,00	-591.497,00	
2037	1.919.566,00	2.828.309,00	-908.743,00	
2038	1.870.693,00	2.865.772,00	-995.079,00	
2039	1.823.916,00	2.879.949,00	-1.056.033,00	
2040	1.762.713,00	2.921.994,00	-1.159.281,00	
2041	1.679.194,00	3.006.276,00	-1.327.082,00	
2042	1.604.474,00	3.059.524,00	-1.455.050,00	
2043	1.515.124,00	3.094.345,00	-1.579.221,00	
2044	1.397.181,00	3.169.935,00	-1.772.754,00	
2045	1.356.136,00	3.281.724,00	-1.925.588,00	
2046	195.519,00	3.307.609,00	-3.112.090,00	



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2047	168.524,00	3.241.455,00	-3.072.931,00	
2048	165.722,00	3.228.125,00	-3.062.403,00	
2049	147.748,00	3.134.952,00	-2.987.204,00	
2050	134.822,00	3.187.469,00	-3.052.647,00	
2051	94.484,00	3.164.908,00	-3.070.424,00	
2052	29.082,00	3.192.921,00	-3.163.839,00	
2053	6.347,00	3.091.865,00	-3.085.518,00	
2054		2.869.792,00		
2055		2.761.180,00		
2056		2.601.852,00		
2057		2.494.129,00		
2058		2.442.494,00		
2059		2.364.158,00		
2060		2.278.257,00		
2061		2.167.377,00		
2062		2.014.012,00		
2063		1.915.535,00		
2064		1.827.695,00		
2065		1.629.982,00		
2066		1.545.535,00		
2067		1.434.035,00		
2068		1.323.364,00		
2069		1.210.372,00		
2070		1.095.025,00		
2071		1.019.974,00		
2072		900.230,00		
2073		865.090,00		
2074		653.339,00		



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 005

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF. Art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FIN. EXERC
2075		526.145,00		
2076		396.405,00		
2077		309.350,00		
2078		266.272,00		
2079		176.166,00		
2080		130.899,00		
2081		84.740,00		
2082		85.213,00		
2083		85.690,00		
2084		86.172,00		
2085		86.659,00		
2086		87.151,00		
2087		87.648,00		
2088		88.150,00		
2089		88.656,00		
2090		89.168,00		
2091		89.685,00		
2092		90.207,00		

WANILSON COELHO VALADARES
CPF: 328.399.871-04
PREFEITO MUNICIPAL

AILTON MARTINS BRITO
CPF: 932.910.001-53
CONTADOR



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 0001

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU - ASPS	00005	Concessão de isenção a contribuintes IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS e de DOENÇAS GRAVES, conforme Lei Municipal nº 476/2015, de 18 de novembro de 2015.	295,00	305,00	0,00	Incremento da cobrança da taxa além de facilitar o pagamento dos demais impostos Municipais.
IPTU - MDE	00005	Concessão de isenção a contribuintes IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS e de DOENÇAS GRAVES, conforme Lei Municipal nº 476/2015, de 18 de novembro de 2015.	470,00	490,00	0,00	Incremento da cobrança da taxa além de facilitar o pagamento dos demais impostos Municipais.
IPTU - PRÓPRIO	00005	Concessão de isenção a contribuintes IDOSOS, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS e de DOENÇAS GRAVES, conforme Lei Municipal nº 476/2015, de 18 de novembro de 2015.	1.128,00	1.179,00	0,00	Incremento da cobrança da taxa além de facilitar o pagamento dos demais impostos Municipais.
TOTAL			1.893,00	1.974,00	0,00	

Fonte:

WANILSON COELHO VALADARES
328.399.871-04
PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE OLIVEIRA CARMO
738.067.221-53
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2020
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	0,00
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

WANILSON COELHO VALADARES

CPF: 328.399.871-04

PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE OLIVEIRA CARMO

CPF: 738.067.221-53

SECRETÁRIO DE FINANÇAS



ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA MUN DOIS IRMAOS DO TOCANTINS

PÁG: 001

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO
2020

LRF, art 5º, inciso I

R\$

ESPECIFICAÇÃO	2020
RECEITA TOTAL	23.428.000,00
(-) RECEITA NÃO PRIMÁRIA - APLICAÇÃO MERCADO DE CAPITAIS, OPERAÇÃO DE CRÉDITO - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - ALIENAÇÃO DE BENS - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	376.000,00
RECEITA PRIMÁRIA	23.052.000,00
DESPESA TOTAL	23.428.000,00
(-) DESPESA NÃO PRIMÁRIA - ENCARGOS COM A DÍVIDA - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	906.000,00
DESPESA PRIMÁRIA	22.522.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO	530.000,00

WANILSON COELHO VALADARES
CPF: 328.399.871-04
PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE OLIVEIRA CARMO
CPF: 738.067.221-53
SECRETÁRIO DE FINANÇAS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF(LRF,art 4º, § 3º)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais : Passivos Contingentes	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da anulação de dotação de despesas discricionárias.	50.000,00
Demandas Judiciais : Condenações Judiciais	70.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir de Anulação Parcial de Dotações	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	120.000,00	SUBTOTAL	120.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação : Frustração da Receita	1.000.000,00	Contingenciar Despesas	1.000.000,00
Frustração de Arrecadação : Frustração da Receita	2.000,00	Contingenciar Despesas	2.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	1.002.000,00	SUBTOTAL	1.002.000,00
TOTAL	1.122.000,00	TOTAL	1.122.000,00

WANILSON COELHO VALADARES
328.399.871-04
PREFEITO

MARCOS PAULO MARQUES DE
738.067.221-53
SECRETÁRIO DE FINANÇAS